

HABEAS CORPUS Nº 482.746 - SP (2018/0326548-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ALLINE DELBEM - SP331173
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : G H V P

EMENTA

HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. FURTO SIMPLES. BENS AVALIADOS EM APROXIMADAMENTE DEZ REAIS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de G. H. V. P. contra decisão monocrática proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, a qual julgou extinto sem resolução de mérito o *writ* originário (HC n.º 2254406-26.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juízo menorista concedeu, após parecer ministerial, remissão como forma de exclusão do processo, aplicando ao Paciente medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade pelo prazo de 6 (seis) meses, por 4 (quatro) horas semanais, em razão da prática de ato infracional equiparado ao crime de furto simples, consistente na subtração de 1 suco em pó da marca Tang, 1 suco em pó da marca Trink e um pacote de queijo ralado de 40g, pertencentes a estabelecimento comercial.

Nas razões do *writ*, sustenta a Defensoria Pública ser aplicável o princípio da insignificância.

Requer liminar para que seja determinada a suspensão do Processo n.º 0002312-51.2018.8.26.0637. No mérito, pede a extinção do processo de execução.

O pedido liminar foi deferido (fls. 55-56).

Informações às fls. 62-112.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão *ex officio* da ordem (fls. 115-120).

É o relatório.

Decido.

Conforme salientei ao deferir o pedido liminar, "*O Superior Tribunal de Justiça admite a incidência do princípio da insignificância nos processos relativos a atos infracionais praticados por crianças e adolescentes*" (HC 357.845/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

Na hipótese, deve ser reconhecida a atipicidade material da conduta do Paciente, em razão da insignificância da lesão ao bem jurídico tutelado.

Com efeito, (i) os autos foram arquivados relativamente ao adolescente que acompanhava o ora Paciente (fls. 33-ss), a revelar a prática de **furto simples**, e não qualificado pelo concurso de pessoas; (ii) inexistia notícia de reiteração na prática de atos infracionais da mesma ou de outra espécie; e (iii) os bens subtraídos (1 suco em pó da marca Tang, 1 suco em pó da marca Trink e um pacote de queijo ralado de 40g) detêm valor ínfimo, avaliados em aproximadamente R\$ 10,00 (dez reais) à época dos fatos.

No mesmo sentido, a conclusão do Ministério Público Federal (fl. 119):

"Na hipótese em exame, vê-se dos autos que o paciente adentrou no supermercado e subtraiu '01 (um) suco em pó sabor limão da marca Tang, 01 (um) suco em pó sabor de coco da marca Trink e um pacote de queijo ralado de 40g', avaliados aproximadamente em R\$ 10,00, à época dos fatos. Desse modo, não obstante as razões assentadas pelo juiz de primeiro grau, entende-se ser razoável o reconhecimento do caráter bagatela do comportamento imputado, eis que não restou evidenciada na conduta do paciente lesão significativa a bens juridicamente relevantes ou prejuízos materiais importantes ao titular do bem tutelado, assim como à integridade da ordem social. Esse entendimento vem sendo reiterado pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça ao aplicar o aludido princípio da bagatela às condutas regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente"

Ante o exposto, **CONCEDO A ORDEM de habeas corpus**, para reconhecer a atipicidade material do ato infracional praticado pelo Paciente e determinar a extinção do Processo n.º 0002312-51.2018.8.26.0637.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

